



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7368 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

Trabalho Docente e Formação Continuada em Tempos de Pandemia no Município do Rio de Janeiro

Elaine Rodrigues de Ávila - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Wania Regina Coutinho Gonzalez - Universidade Estácio de Sá

TRABALHO DOCENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA EM TEMPOS DE PANDEMIA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RESUMO

O contexto político-educacional brasileiro após os anos de 1990 incrementou a formulação e a prática de políticas educacionais fundamentadas nas ideias de mercado e gerenciais, em um cenário neoliberal de novas relações delineadas entre o setor público e o privado. Na última década, ocorreu um aumento nos processos de privatizações endógenos e exógenos e dos Edu-Business (BALL, 2007, 2014), os quais provocaram efeitos na organização do conseqüentemente no trabalho docente (BALL, 1994). Esse aspecto tal como afirmam Peroni e Scheide (2017), contribui para a perda da autonomia dos docentes em paralelo com a exigência de novas atividades. Essas demandas e responsabilidades, que se apresentaram aos professores, pressupõem formação inicial e também continuada por meio de políticas públicas dos entes federativos, fato nem sempre observamos no atual contexto da produção (BALL, 1994). Segundo Oliveira (2010, p.24), “o professor, diante das várias funções que a escola pública assume, tem de responder às exigências para as quais não se sente preparado”. Assim, é possível entender que formação continuada docente é um ponto relevante frente aos direcionamentos impostos anualmente aos professores principalmente da Educação Básica. Legalmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) estabelecem os regramentos básicos sobre a formação inicial e continuada para o ensino fundamental e médio. Recentemente, a Resolução n.2 de 20 de dezembro de 2019 do CNE estabeleceu uma Base Nacional Comum para a formação inicial dos docentes na Educação Básica em diálogo com a Nova Base Comum Curricular, com pouca referência a formação continuada e segundo Bazzo e Scheibe (2019) é uma nova “política de reorientação curricular”, construída no contexto neoliberal de privatizações e da lógica mercadológica, sem positividade para o trabalho docente. Todas as necessidades relacionadas as demandas para a formação continuada docente ficaram ainda mais evidentes com a pandemia do Covid 19 no ano de 2020, principalmente em razão da suspensão das aulas presenciais e do uso de ferramentas digitais no ensino remoto. Nesse ponto, o acesso à internet e aplicativos foi uma dificuldade para uma parcela dos docentes, mas principalmente

para os alunos. Nesse contexto político-educacional e hoje pandêmico, a Rede Pública de Ensino Municipal da Cidade do Rio de Janeiro suspendeu desde o dia 13 de março de 2020 as aulas presenciais. A Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ) orienta que as escolas estabeleçam um contato virtual com os discentes, estimulando o uso de ferramentas digitais remotas e de aplicativos, na maior rede de ensino público da América Latina com 1542 escolas e 39.597 professores, segundo dados oficiais (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2020). Embora o município do RJ possua a Escola de Formação Paulo Freire e um setor responsável pela formação continuada dos professores da rede, o uso das ferramentas remotas gerou insatisfação em muitos docentes relatados até redes sociais ao afirmarem a falta de formação para as novas atividades. Diante do exposto, o artigo tem como objetivo identificar as principais demandas docentes na SME/RJ e os efeitos para a formação continuada dos professores da rede, à luz de relatos de experiências e de documentos oficiais e dialogando principalmente com os estudos de Ball (1994, 2007, 2014) e Oliveira (2010, 2019) sobre políticas educacionais e trabalho docente. A partir do e-mail corporativo do RioEduca, a SME/RJ visando atender as necessidades imediatas de comunicação entre alunos e professores, orientou a inscrição docente no Curso de Ferramentas Remotas Digitais ofertado em EAD pela Escola de Formação, apresentando o Microsoft Teams e o Google Classroom. Em razão da dificuldade dos docentes ao acesso desse e-mail, até pouco incentivo ao seu uso, a SME/RJ realizou Webários com os mesmos temas. Contudo, a formação rápida nesse sentido não eliminou as dúvidas e dificuldades de vários docentes. Um curso sobre Forms, Kahoot e Sway com avaliação final e certificação também foi disponibilizado nessa plataforma EAD. Em paralelo, a secretaria criou um aplicativo com conteúdos semanais de cada série do ensino fundamental, acessível aos professores, gestores, alunos e responsáveis. Porém, pelas limitações de acesso discentes da rede, o uso do aplicativo apresentou poucas positivities. Entre os meses de maio de agosto, formando para aulas síncronas e assíncronas ocorreram capacitações partindo de certificações em plataforma Microsoft Education, visaram de modo simplificado atender o planejamento docente seja no Teams (plataforma oficial da SME/RJ), seja em rede sociais com o Facebook (grupos de turmas com postagem de aulas) e também a formação da primeira turma para produção de videoaulas, disponibilizada pelo Portal Multirio, plataforma digital da SME/RJ. Embora não exista uma obrigatoriedade oficial para o uso dessas ferramentas, gestores devem apresentar às instâncias superiores suas estratégias na relação aluno/professor de forma remota. Esses apresentados foram obtidos em comunicações da SME/RJ e dos gestores com professores da rede na qual uma das autoras atua como docente. Foi possível observar: 1) a formação docente aconteceu de modo rápido e instrumental atendendo apenas necessidades pontuais, distante de um projeto ou programa de formação continuada para o uso de tecnologias remotas 2) No contexto da produção (BALL, 1994), entendemos a pouca participação docente nas elaboração das demandas voltadas para os programas de formação continuadas; 3) a falta de política pública de estado municipal efetiva para a formação continuada docente com o uso de tecnologias remotas em diversas áreas do conhecimento.

Palavras-Chaves: Trabalho Docente, Formação Continuada, Ferramentas Digitais Remotas

Referências

BALL, Stephen J. *Education Reform: a critical and post-structural approach*. London. Open University Press, 1994.

_____. *Education PLC: Understanding private sector participation in public sector education*. London. Routledge, 2007.

_____. *Educação Global S.A.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa. Editora UEPG, 2014.

BAZZO, Vera; SCHEIBE, Leda. *De volta para o futuro ...retrocessos na atual política de formação docente*. Revista Retratos da Escola, v.13, n.27, p.669-684, set/dez. 2019. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>>. Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL. *Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/leis/htm>. Acesso em: 5 dez. 2018.

_____. *Lei 13005 de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 5 de jan. 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil*. Revista Educar, Curitiba, n.especial 1, p.17-35, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/dpf/er/nspe_1/02.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

_____. A profissão docente no contexto da nova gestão pública no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila e outros. *Políticas Educacionais e a reestruturação da profissão de educador: perspectivas globais e comparativas*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Educação em Números*. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal; Scheibe, Leda. *Privatizações da e na educação: projetos societários em disputas*. Retratos da Escola, v.11, n.21, p. 387-392, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/sde/article/view/831>>. Acesso em: 13 out. 2019.